

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
(Lei 14.133/2021)
Registro de Preços

1. OBJETO

Registro de Preços para eventual aquisição de portais detectores de metais, incluindo serviços de instalação e capacitação de servidores(as) para sua operação.

2. ORGÃOS PARTICIPANTES

Não haverá órgãos participantes, tendo em vista que a demanda não é passível de compra compartilhada com outros órgãos da Administração Pública.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO (alínea “a”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

3.1. Natureza do Objeto

A natureza do objeto a ser contratado é a aquisição de portais detectores de metais, com características e padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.2. Aquisição de itens de luxo (art. 20 da Lei nº 14.133/2021)

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

3.3. Quantitativo

Lote 1 – Detectores de Metais

Item	Código	Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Qtde Máxima	Qtde Mínima
1	45.0184	Detector de metais, tipo portal, interno - incluso serviço de instalação e treinamento.	Unidade	52	0

3.4. Aplicação da cota de até 25% para ME/EPP (inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006)

Inviável em virtude da natureza indivisível do objeto.

3.5. Dos preços (inc III, art. 82 da Lei nº 14133/2021)

- 3.5.1.** Não se admitirá a previsão de preços diferentes.
- 3.5.2.** Não haverá possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela.
- 3.5.3.** Não haverá possibilidade de alteração de preços.

3.6. Prazo da Ata de Registro de Preços

- 3.6.1.** O prazo de vigência das atas de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021:
 - 3.6.1.1.** As atas de registro de preços serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo estabelecido no art. 94, inc. I da Lei nº 14.133/2021, considerando-se ainda o constante no §1º do mesmo artigo, se o caso.
- 3.6.2.** Em caso de prorrogação da vigência da ata, será observado o que segue:
 - 3.6.2.1.** Os preços registrados poderão ser reajustados com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores à data do orçamento estimado.
 - 3.6.2.2.** As quantidades registradas serão renovadas para o período de vigência prorrogado.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (alínea “b”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

A fundamentação completa da contratação está descrita no Estudo Técnico Preliminar, que será publicado juntamente com o Edital de Licitação ou Aviso de Contratação Direta, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (alínea “c”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

5.1. REQUISITOS MÍNIMOS DO DETECTOR DE METAIS

- 5.1.1.** Estrutura robusta, em aço carbono, alumínio ou aço inox, resistente a impactos mecânicos (colisão, choque e pressões provocadas pelo tráfego de pessoas).
- 5.1.2.** Revestimento em materiais sintéticos ou metálicos com pintura eletrostática e acabamento em PVC de alta resistência, resistentes à corrosão, dispensando repintura e manutenção corretiva ao longo da vida útil.
- 5.1.3.** Peças sem cantos, bordas angulosas ou pontiagudas, evitando acidentes com pessoas e danos a roupas.
- 5.1.4.** Rodízios para transporte.
- 5.1.5.** Altura interna: entre 2,00 m e 2,20 m.
- 5.1.6.** Largura interna: entre 0,70 m e 0,85 m.
- 5.1.7.** Profundidade: entre 0,50 m e 0,70 m.
- 5.1.8.** Peso bruto: inferior a 100 kg.
- 5.1.9.** Tensão de alimentação bivolt: 90 a 240 V.
- 5.1.10.** Ajuste automático de tensão.
- 5.1.11.** Proteção contra surtos de tensão, curto-circuito e sobrecarga.
- 5.1.12.** Sistema UPS ou bateria integrada com autonomia mínima de 90 minutos, compatível com a potência do equipamento.
- 5.1.13.** Possibilidade de alimentação elétrica por qualquer lateral ou altura (piso, parede ou forro).
- 5.1.14.** Colunas de LEDs para indicação das zonas de detecção e alarmes nas laterais esquerda e direita.
- 5.1.15.** Unidade de controle com caracteres alfanuméricos e funções controladas por microprocessador.
- 5.1.16.** Contadores de passagem e alarmes bidirecionais.
- 5.1.17.** Indicador sonoro com volume ajustável e tom programável.
- 5.1.18.** Mínimo de 8 zonas de detecção independentes, com indicação precisa da localização dos objetos.
- 5.1.19.** No mínimo 100 níveis de sensibilidade configuráveis por zona.
- 5.1.20.** No mínimo 20 frequências de operação com busca automática.
- 5.1.21.** Capacidade de detecção de metais ferrosos e não ferrosos em qualquer orientação.

- 5.1.22.** Imunidade à interferência da condutividade elétrica do corpo humano.
- 5.1.23.** Filtros digitais programáveis para mitigação de ruído elétrico e interferência eletromagnética.
- 5.1.24.** Sensibilidade para detecção de objetos grandes, médios e pequenos, conforme a National Institute of Justice NIJ 0601.02.
- 5.1.25.** Capacidade de detecção uniforme em toda a área interna, independentemente da posição ou orientação do objeto.
- 5.1.26.** Estabilidade de sensibilidade ao longo do tempo.
- 5.1.27.** Imunidade a interferências de equipamentos elétrico/eletrônicos, estruturas metálicas próximas, equipamentos de telecomunicação RF, ruídos de rede elétrica e interferências eletromagnéticas (rádio VHF, UHF, telefones sem fio e celulares).
- 5.1.28.** Capacidade de operar próximo a equipamentos de raios X sem alteração da sensibilidade ou geração de falsos alarmes.
- 5.1.29.** Função de inibição para evitar alarmes causados por grandes metais no entorno externo do pórtico.
- 5.1.30.** Uniformidade de detecção em toda a área de passagem do pórtico.
- 5.1.31.** Proteção contra alarmes falsos provocados por interferência de corpo humano ou passagem de pessoas sem objetos metálicos.
- 5.1.32.** Operação sem necessidade de recalibração mesmo com interferências externas transitórias.
- 5.1.33.** Faixa de temperatura operacional: de -10 °C a +55 °C.
- 5.1.34.** Umidade relativa: até 95%, não condensada.
- 5.1.35.** Capacidade de inspecionar pelo menos 10 pessoas por minuto.
- 5.1.36.** Operação segura para portadores de marca-passo, implantes cocleares, gestantes e mídias magnéticas.
- 5.1.37.** Manual técnico e programação em língua portuguesa.
- 5.1.38.** Possibilidade de instalação de múltiplos pórticos em proximidade de até 50 cm sem interferência entre si.
- 5.1.39.** Não possuir rampas de passagem ou estruturas fixas que impeçam fluxo de pessoas.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea “d”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

6.1. Sustentabilidade

A DETENTORA/CONTRATADA deverá adotar critérios e práticas de sustentabilidade tais como o uso de materiais sustentáveis, eficiência energética, redução de resíduos, tintas eco-friendly, transporte sustentável e embalagens e materiais de envio ecológicos.

6.2. Especificação da Garantia Complementar (inc. III, § 1º, art. 40, da Lei nº 14.133/2021)

- 6.2.1. O prazo de garantia dos equipamentos será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, contados a partir do recebimento definitivo dos equipamentos.
- 6.2.2. A garantia abrange defeitos de fabricação e quaisquer vícios que tornem o produto impróprio ao uso, observadas as especificações do item 5 deste Termo de Referência.
- 6.2.3. Durante a vigência da garantia, a DETENTORA/CONTRATADA responderá por todas as despesas necessárias à restauração da plena funcionalidade do equipamento, incluindo mão de obra, peças, materiais e testes. Todas as peças de reposição deverão ser novas e originais do fabricante.
- 6.2.4. Havendo qualquer falha de funcionamento do equipamento, deverá ser registrado chamado técnico junto à DETENTORA/CONTRATADA, com prazo máximo para resolução do problema de até 05 (cinco) dias úteis contados da abertura do chamado, salvo comprovação de impossibilidade, que será analisada pela contratante. A contagem do prazo inicia com a comunicação formal pela contratante.
- 6.2.5. Deverá ser de responsabilidade da DETENTORA/CONTRATADA todos os custos, a exemplo de transporte, frete, guarda e conservação dos equipamentos ou de peças e componentes, quando retirados dos locais onde estiverem instalados para manutenção ou substituição, no todo ou em parte.

6.3. Suporte técnico

- 6.3.1. A DETENTORA/CONTRATADA manterá, sem ônus adicional, serviço de atendimento pós-vendas por telefone, e-mail e aplicativo de mensagens, para registro de chamados, orientação de uso e suporte técnico.
- 6.3.2. Em caso de defeito, o atendimento realizará diagnóstico remoto visando, sempre que possível, à solução imediata.
- 6.3.3. Persistindo a falha após o diagnóstico remoto, a DETENTORA/CONTRATADA deverá agendar e realizar visita técnica presencial em até 02 (dois) dias úteis a partir da abertura do chamado.

6.3.4. O reparo deverá ser concluído em até 10 (dez) dias úteis contados da abertura do chamado, salvo comprovada impossibilidade técnica, a ser reconhecida pela CONTRATANTE.

6.3.5. Quando tecnicamente indispensável a remoção para laboratório, esta ocorrerá sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, cabendo à DETENTORA/CONTRATADA o custeio de transporte e guarda do equipamento.

6.3.6. Nessa hipótese, a DETENTORA/CONTRATADA deverá substituir temporariamente o equipamento por outro equivalente ou de melhor qualidade até a conclusão do conserto.

6.4. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação deste objeto.

6.5. Amostra/exame de conformidade/prova de conceito

6.5.1. Após a declaração da vencedora do pregão e antes da homologação, encerrada a Sessão Pública, será concedido prazo de até 10 (dez) dias úteis para que a licitante vencedora apresente o equipamento à SAAB 2.1 – Coordenadoria de Segurança Patrimonial, em data e horário previamente agendados pela CONTRATANTE. As demais licitantes poderão acompanhar a análise técnica.

6.5.2. O equipamento a ser analisado deverá ser entregue completo e devidamente instalado na unidade predial da CONTRATANTE, situada na Rua Direita, nº 250, CEP 01002-903, Sé, São Paulo/SP. Todas as despesas decorrentes (fretes, transportes, passagens, estadias e afins) correrão por conta exclusiva das licitantes.

6.5.3. O equipamento apresentado como amostra deverá ser idêntico, em todos os seus componentes e características, àquele que será efetivamente fornecido em caso de futura aquisição, não sendo permitida, na data da apresentação, a substituição de componentes, a adição de periféricos ou qualquer modificação em relação à configuração padrão do equipamento a ser entregue.

6.5.4. Os testes ocorrerão em local típico de uso do pórtico no Tribunal de Justiça, sem fontes evidentes de interferência, com raio livre imediato desobstruído e ponto de energia estabilizada disponível.

6.5.5. O equipamento será examinado quanto ao atendimento às características, operação, desempenho, funcionalidades e demais especificações deste Termo de Referência.

- 6.5.6.** O atendimento aos itens 5.1.5 a 5.1.12, 5.1.23, 5.1.26 a 5.1.28 e 5.1.30 a 5.1.37 deverá ser comprovado antes da data da avaliação da amostra, mediante envio de catálogo, manual técnico, laudo ou outro documento idôneo.
- 6.5.7.** O atendimento aos itens 5.1.1 a 5.1.4, 5.1.13 a 5.1.20, 5.1.29 e 5.1.39 será verificado no momento da avaliação, por inspeção visual e/ou demonstração prática realizada pela equipe técnica da licitante.
- 6.5.8.** Os itens 5.1.21, 5.1.22, 5.1.24 e 5.1.25 serão avaliados mediante a realização de bateria de testes, a ser conduzida pela equipe técnica, com a participação do responsável técnico da DETENTORA/CONTRATADA:
- 6.5.9.** A DETENTORA/CONTRATADA deverá disponibilizar, para fins da amostra, um Conjunto de Dispositivos de Teste em conformidade com o NIJ Standard 0601.02, devidamente acompanhado de certificado de homologação ou declaração de conformidade com a referida norma, a ser utilizado na demonstração técnica.
- 6.5.10.** O referido conjunto de testes deverá ser composto, no mínimo, pelos seguintes itens:
- 6.5.10.1.** Simulacro de arma de fogo em aço carbono (metal ferroso);
 - 6.5.10.2.** Simulacro de arma de fogo em alumínio (metal não ferroso);
 - 6.5.10.3.** Simulacro de arma de fogo em zamak 5 (liga metálica mista);
 - 6.5.10.4.** Simulacro de arma branca em alumínio (metal não ferroso);
 - 6.5.10.5.** Simulacro de arma branca em aço carbono (metal ferroso);
 - 6.5.10.6.** Simulacro de arma de fogo em aço inoxidável (FAA 3 GUN TEST).
- 6.5.11.** Antes do início da bateria de testes, a licitante poderá realizar a configuração e a calibração do pódio. Uma vez iniciada a bateria de testes, não será permitido qualquer ajuste de calibração durante a sua execução.
- 6.5.12.** Para a realização da bateria de testes, a equipe técnica do CONTRATANTE conduzirá os seguintes procedimentos:
- 6.5.12.1.** Passagem(ns) de pessoa(s), em qualquer direção, sem a presença de metais junto ao corpo, hipótese em que o pódio não deverá gerar alarme;
 - 6.5.12.2.** Passagem(ns) de pessoa(s), portando os simulacros integrantes do Conjunto de Dispositivos de Teste mencionado no item 6.5.8, em diferentes níveis de altura, ocasião em que o pódio deverá gerar alarme, indicando, no mínimo, a altura aproximada do objeto

detectado;

6.5.12.3. Passagem(ns) de pessoa(s), portando objetos metálicos inócuos de pequeno porte (ex.: moeda), situação em que o pórtico não deverá gerar alarme;

6.5.12.4. Passagem(ns) de pessoa(s), sem a presença de metais junto ao corpo, enquanto terceiro movimentar simulacro fora do vão do pórtico, situação em que o equipamento não deverá gerar alarme, devendo evidenciar imunidade a interferências externas.

6.5.13. Em caso de reprovação, será facultada à DETENTORA/CONTRATADA a realização de nova calibração do equipamento, bem como a execução de até 3 (três) baterias completas de testes.

6.5.14. Em caso de aprovação, ficará a critério do CONTRATANTE a repetição da bateria de testes, para fins de confirmação dos resultados obtidos.

6.5.15. Caso não seja alcançada aprovação integral, sem a ocorrência de falhas, em nenhuma das baterias de testes realizadas, a licitante será desclassificada.

7. LOCAIS DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

7.1. Locais de entrega/Prestação de Serviço

Os locais passíveis de entrega e instalação dos equipamentos encontram-se relacionados no **Anexo I-A**.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (alínea “e”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

8.1. ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

8.1.1. Após a emissão da Autorização de Fornecimento, a DETENTORA/CONTRATADA disporá do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para promover a entrega dos portais nos locais indicados, em dias úteis, entre 9h00 e 17h00, mediante prévio agendamento junto às Administrações Prediais, pelos contatos constantes do **Anexo I-A**.

8.1.2. Os portais deverão ser entregues no local interno indicado pela Administração Predial, devidamente acondicionados e protegidos, de modo a evitar avarias durante as operações de transporte, carga, descarga e armazenamento.

- 8.1.3.** Verificada a entrega de portal com defeito ou vício, a DETENTORA/CONTRATADA deverá proceder à sua substituição, sem quaisquer ônus adicionais ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 8.1.4.** As entregas serão realizadas nos endereços constantes do **ANEXO I-A**, correndo por conta exclusiva da DETENTORA/CONTRATADA todas as despesas relativas à embalagem, seguros, transporte, tributos, bem como encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.
- 8.1.5.** Eventual alteração ou acréscimo de endereço será comunicado à DETENTORA/CONTRATADA por ocasião da assinatura do respectivo contrato e/ou instrumento equivalente.

8.2. SERVIÇO DE INSTALAÇÃO/MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS

- 8.2.1.** A instalação dos equipamentos poderá ser realizada no mesmo dia da entrega, ou em até 10 (dez) dias úteis após a entrega, mediante agendamento junto à administração predial.
- 8.2.2.** Os equipamentos serão instalados em locais onde não haja interferências climáticas, ficando ao abrigo das intempéries.
- 8.2.3.** Os materiais necessários para a instalação dos equipamentos devem ser entregues devidamente embalados e identificados, assinalando-se na embalagem a marca e as demais características que os identifique e qualifique. Não serão aceitos materiais cujas embalagens apresentem sinais de violação.
- 8.2.4.** Caberá ao responsável pelo serviço de Administração de cada prédio, rejeitar totalmente ou em parte, durante a vigência da garantia, qualquer equipamento que não esteja de acordo com as exigências, assim como determinar prazo para substituição, que será não superior a 10 (dez) dias úteis, do material eventualmente fora de especificação, com defeito de fabricação ou vício de funcionamento.
- 8.2.5.** A DETENTORA/CONTRATADA obriga-se a entregar os bens a que se refere este termo de referência de acordo, estritamente, com as especificações neste descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do objeto no todo ou em parte em que for constatado não estar em conformidade com as referidas exigências, mesmo que após o recebimento definitivo.
- 8.2.6.** O equipamento deverá ser calibrado conforme as condições do local de

instalação, considerando as características arquitetônicas e eventuais fontes de interferência, de modo a alcançar a sensibilidade máxima de detecção compatível sem gerar alarmes indevidos.

8.2.7. Deverá ser emitido relatório de instalação contendo, no mínimo:

- 8.2.7.1.** Data e horário da instalação;
- 8.2.7.2.** Número de série do equipamento;
- 8.2.7.3.** Identificação da unidade/local de instalação;
- 8.2.7.4.** Identificação do responsável técnico pela instalação;
- 8.2.7.5.** Identificação do responsável da administração predial que acompanhou a atividade;
- 8.2.7.6.** Parâmetros de calibração aplicados ao portal;
- 8.2.7.7.** Assinaturas do responsável técnico e do responsável da administração predial.

8.2.8. Uma via do Relatório de Instalação deverá permanecer na administração predial, e outra, em formato digital, deverá ser encaminhada à gestão do contrato pela DETENTORA/CONTRATADA.

8.2.9. Caso o representante da administração predial opte por não instalar os rodízios de transporte, a decisão deverá constar expressamente no relatório de instalação, com sua assinatura, ficando sob sua responsabilidade a guarda dos rodízios.

8.3. TREINAMENTO OPERACIONAL

8.3.1. Concluída a instalação do portal, na mesma data e local, a DETENTORA/CONTRATADA deverá ministrar treinamento operacional para servidores(as) designados(as) pelo Serviço de Administração de cada prédio, em quantidade não superior a três, quando da instalação dos equipamentos, abordando os seguintes assuntos:

- 8.3.1.1.** Descrição geral do funcionamento do equipamento;
- 8.3.1.2.** Apresentação da documentação técnica do equipamento;
- 8.3.1.3.** Técnicas de operação do equipamento;
- 8.3.1.4.** Rotinas para verificação de defeitos;
- 8.3.1.5.** Rotinas para o acionamento da empresa para assistência técnica corretiva.

8.3.2. A DETENTORA/CONTRATADA Deverá elaborar lista de presença do treinamento operacional, contendo nome completo e assinatura dos participantes. Na hipótese de não realização do treinamento, deverá constar declaração expressa do administrador predial, com sua assinatura, atestando ciência da não realização.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (alínea “f”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

9.1. Área administrativas e/ou técnicas

9.1.1. Gestor/Gestora do Contrato:

Responsável pela SAAB 2.1.2 - Serviço de Planejamento de Bens e Serviços de Segurança

Atribuições: Coordenar a gestão e fiscalização da execução contratual, adotando as medidas necessárias para o fiel cumprimento das obrigações.

9.1.2. Fiscal Administrativo:

Responsável pela SAAB 2.1.2.1 - Seção de Controle de Bens e Serviços de Segurança

Atribuições: Auxiliar o Gestor ou a Gestora na fiscalização dos aspectos administrativos da execução contratual.

9.1.3. Fiscal do Contrato:

A Fiscalização do Contrato ficará a cargo dos(as) responsáveis pelas Administrações Prediais

Atribuições: Fiscalizar a execução contratual de acordo com o estabelecido no contrato; Atestar definitivamente a nota fiscal/fatura (atesto eletrônico) e encaminhá-la à SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças; Receber o objeto, provisória e/ou definitivamente e desempenhar outras atividades previstas no contrato, no Provimento CSM nº 2724/2023 e na Lei nº 14.133/2021.

9.2. Protocolo de comunicação

As notificações serão, preferencialmente, por meio eletrônico, observados os prazos estabelecidos no Art. 130 do Provimento CSM Nº 2724/2023.

9.3. Recebimento Provisório

O prazo de recebimento provisório será de até 10 (dez) dias úteis após a entrega dos itens.

9.4. Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contado da conclusão da entrega, da instalação e do treinamento operacional, desde que plenamente atendidas as obrigações assumidas e as condições pactuadas, nos termos do inciso II do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e após a conferência dos bens pelo fiscal do contrato, com fundamento nos documentos e na nota fiscal/fatura que comprovem o cumprimento das exigências, prazos e valores ajustados.

9.5. Condições de pagamento

O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias contados da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo Fiscal Administrativo.

9.6. Acordo de nível de serviço

Não se aplica, em razão do objeto a ser contratado não se tratar de serviço.

9.7. Manutenção das condições de habilitação e qualificação durante a execução contratual (Provimento CSM 2.724/2023 art.º. 29 Inc. VI)

9.7.1. O(a) Gestor(a) do Contrato deverá solicitar a documentação de habilitação e qualificação, constantes do edital de licitação, a fim de verificar se a DETENTORA/CONTRATADA mantém as condições exigidas na contratação inicial, a cada seis meses contados da assinatura do contrato.

9.7.2. A DETENTORA/CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.8. Hipótese de glosa

Trata-se de contratação com entrega específica e pagamento integral, com isso não há hipótese de glosa.

9.9. Extinção do contrato (art. 137 da Lei nº 14.133/2021)

Na hipótese de inobservância de qualquer uma de suas cláusulas ou por razões de interesse do Serviço Público, este Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, em sua redação atual.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (alínea “h”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, modo de disputa aberto, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (alínea “i”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

11.1. A estimativa do valor da contratação é de R\$ 1.744.741,96 (um milhão setecentos e quarenta e quatro mil setecentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea “j”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

12.1. A adequação orçamentária está demonstrada no item 17.8 do Edital.

13. PRESTAÇÃO DE GARANTIA NA CONTRATAÇÃO (arts. 96 da Lei nº 14.133/2021)

Não se aplica tendo em vista que a Ata de Registro de Preços não implica contratação imediata, além da exigência de prestação de garantia poder elevar de forma desproporcional os preços ofertados, diante da ausência de base de cálculo prévia.

14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei nº 14.133/2021)**14.1. Qualificação Técnico-Profissional (inc. I, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)**

14.1.1. Certidão de Registro de profissional pertencente ao quadro permanente da empresa, a ser designado como responsável técnico pela execução dos serviços. A certidão deve ser emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da região a que este estiver vinculado, dentro de seu período de validade, e atestar a regularidade do(a) profissional em relação ao conselho. O(a) profissional deve possuir formação em nível superior – Engenheiro(a) e/ou Tecnólogo(a) - com habilitação para atuar nas áreas de Elétrica/Eletrônica.

14.2. Qualificação Técnico-Operacional (inc. II, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

14.2.1.A licitante deverá comprovar capacidade operacional mediante atestado(s) emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado que demonstrem ter fornecido e instalado portais detectores de metais com desempenho satisfatório, em quantitativo totalizável mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado nesta Ata de Registro de Preços.

14.2.1.1. Para efeito de comprovação do item 14.2.1, será admitido o somatório de atestados e/ou declarações.

14.2.1.2. Consideram-se aptos os atestados referentes a portais detectores de metais de passagem, de qualquer fabricante/modelo, com tecnologia e complexidade similares, não se admitindo atestados de detectores portáteis.

14.3. Indicação de pessoal técnico (inc. III, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

A licitante deverá fornecer relação da equipe técnica cujo(a)(s) profissional(is) comprove(m) que faz(em) parte do quadro permanente da empresa, para atuar como responsável(is) técnico(a)(s) pela execução dos serviços.

15. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA/CONTRATADA

15.1. Designar, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura da Ata, preposto que tenha(m) plenos poderes para resolução de problemas técnicos, operacionais e administrativos, bem como contatos de telefone, e-mail e outro meio hábil para comunicação com o CONTRATANTE, mantendo estes dados atualizados durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

15.2. Manter seus/suas funcionários/funcionárias devidamente identificados com crachá, contendo nome completo, foto, nome da empresa e número de registro nesta, devendo portar tal documento de forma visível, durante todo o tempo de permanência nas dependências da unidade forense.

15.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE, a terceiros ou aos seus/suas empregados/empregadas ou preposto/preposta, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade quanto à fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento, implicando, no que couber, na reposição de objetos, materiais e equipamentos extraviados ou danificados, ou ressarcimento equivalente aos prejuízos que der causa, desde que devidamente comprovados,

sem prejuízo de apuração nas esferas civil, criminal e administrativa.

- 15.4.** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive transporte da(s) peça(s) aos locais de entrega, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento dos produtos.
- 15.5.** Executar os serviços respeitando as instruções de saúde e meio ambiente, padrões de qualidade, normas da ABNT, leis, decretos, regulamentos e dispositivos legais, em suas últimas revisões, emitidos pelas autoridades governamentais, em âmbitos municipal, estadual e federal.
- 15.6.** Acatar as orientações do CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, cabendo à DETENTORA/CONTRATADA instruir seus profissionais que venham a prestar serviços.
- 15.7.** Providenciar, imediatamente após o recebimento de solicitação do CONTRATANTE, o afastamento de qualquer profissional ou preposto que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, ou, ainda, aquele que, a critério do CONTRATANTE, não esteja habilitado e/ou qualificado para a prestação dos serviços.
- 15.8.** Assegurar ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações e que atentem contra a sua segurança ou a de terceiros, ficando certo de que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do CONTRATANTE eximirá a DETENTORA/CONTRATADA de suas responsabilidades provenientes do contrato.
- 15.9.** Atender de imediato às reclamações do CONTRATANTE sobre a execução do serviço.
- 15.10.** Estar ciente da proibição de porte de armas, filmadoras, câmeras fotográficas ou similares, nas dependências dos prédios da CONTRATANTE, bem como de que seus funcionários poderão ser submetidos à vistoria pessoal ou do veículo, se necessário.
- 15.11.** Comunicar, caso haja, durante o desenvolvimento dos serviços, dificuldades que impossibilitem tecnicamente a sua execução, através de relatório técnico detalhado, incluindo quando necessários, fotografias ou outros recursos multimídia, com as devidas justificativas e possíveis soluções, sem custos adicionais, a ser apresentado ao (a) Gestor (a) da Ata de Registro de

Preços, com cópia ao Fiscal do Contrato.

- 15.12.** Estar ciente de que qualquer substituição de peça ou modificação elétrica, mecânica ou de acabamento, diferente do projeto original e que configure modernização, deve ser levada para prévia aprovação do CONTRATANTE, instruída com documentos técnicos (laudos, medições, ensaios etc.), de forma a ficar caracterizada e comprovada a necessidade da atualização sugerida.
- 15.13.** Comunicar e justificar ao Serviço de Administração do Prédio eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos trabalhos especificados.
- 15.14.** Restaurar e recuperar, conforme padrão existente no local, todas as instalações físicas e de equipamentos que forem, por qualquer motivo, afetados pela execução dos serviços contratados, mantendo limpo o local de trabalho, com remoção de todo o lixo resultante da execução dos serviços.
- 15.15.** Responder por todos os ônus referentes à entrega do objeto, tais como fretes, trâmites de desembaraço alfandegário e aduaneiro, encargos sociais e legais, impostos, despesas alfandegárias, seguros e demais obrigações, além das de ordem trabalhista e previdenciária relativa a seus empregados.
- 15.16.** Operar e agir com organização completa, fornecendo a mão de obra necessária à execução dos serviços objeto do contrato, realizando, também, todas as atividades inerentes à direção, coordenação, fiscalização, administração e execução dos serviços.
- 15.17.** Conduzir seus trabalhos em harmonia com as atividades do CONTRATANTE, de modo a não causar transtornos ao andamento normal dos serviços e dos horários estabelecidos em normas internas, nem quaisquer ônus relativos ao uso de recursos materiais ou humanos.
- 15.18.** Executar os serviços obedecendo às técnicas apropriadas e com emprego de mão de obra especializada, de materiais e técnica de primeira qualidade, observando orientação do CONTRATANTE.
- 15.19.** Responsabilizar-se por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas ou vícios pré-existentes nos equipamentos, os quais não implicam corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos, sendo que a regular fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da DETENTORA/CONTRATADA.
- 15.20.** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais acidentados ou com mal súbito.

- 15.21.** Assumir todas as responsabilidades legais por danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios da DETENTORA/CONTRATADA, seja por atos de seus profissionais ou prepostos, sem que isso venha a reduzir o direito do CONTRATANTE de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos trabalhos contratados, por meio do responsável designado para este fim.
- 15.22.** Garantir, quando couber, que, na ocorrência de mudança de local antes do início da instalação dos equipamentos, ficará obrigada a executá-los nos novos endereços, desde que estes se localizem dentro da área do município em que se localiza o endereço original ou em outras áreas de cobertura obrigatória previstas na Ata de Registro de Preços.
- 15.23.** Manter em sigilo, sob as penalidades da lei, dados e informações de propriedade do CONTRATANTE.
- 15.24.** Assinar o Termo de Confidencialidade constante do **ANEXO III**, respondendo civil e criminalmente por qualquer violação do referido termo.
- 15.25.** Refazer de imediato, às suas expensas, qualquer trabalho inadequadamente executado e/ou recusado pela CONTRATANTE, sem que isso represente custo adicional.
- 15.26.** Instalar os equipamentos em locais onde não haja interferências climáticas, não devendo ser instalado onde possa ficar exposto às intempéries.
- 15.27.** Entregar quaisquer materiais necessários para a instalação dos equipamentos devidamente embalados e identificados, assinalando-se na embalagem a marca e as demais características que os identifique e qualifique. Não serão aceitos materiais cujas embalagens apresentem sinais de violação.
- 15.28.** Todas as vistorias ou visitas necessárias para a execução do objeto do contrato deverão ser previamente agendadas junto aos responsáveis pelas Administrações Prediais. Deve ser informado os nomes e documentos de identificação dos profissionais que realizarão visitas aos locais, sob pena de se lhes ser vedado o ingresso.

16. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCO (arts. 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021)

Não se fez necessária a elaboração de uma matriz de alocação de riscos, uma vez que não se trata de contratação de obras ou serviços de grande vulto.